



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

A EDUCAÇÃO COMO MECANISMO DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS PESCADORES DA COLÔNIA DE PESCADORES EM AUTAZES (AM) 07

Dayana Cury Rolim¹
Rafael Alexandre Penha Silva²

Resumo: A educação como mecanismo de organização política dos pescadores da Colônia de Pescadores - AM 07 em Autazes, é um debate significativo para compreender a ação política dos pescadores no Amazonas. Para tanto, os objetivos se pautaram em estudar a educação como instrumentalidade para organização política dos pescadores, considerando que a história de organização política dos pescadores na região Amazônica marca a luta pelo direito do uso dos recursos pesqueiros e o acesso a bens e serviços sociais, exigindo que esses se coloquem de forma articulada nos espaços de tomada de decisão. O estudo buscou ainda, caracterizar o perfil educacional dos pescadores, com intuito de identificar se a formação educacional contribui para o fortalecimento da organização política. O estudo se desenvolveu por meio de pesquisas bibliográfica, documental e campo, analisando dados coletados numa perspectiva crítica. A pesquisa identificou que a organização política dos pescadores tem possibilitado acesso a diversos bens e serviços sociais, com enfoque nos direitos trabalhistas no que concerne ao exercício da atividade pesqueira, ou seja, o seguro defeso, possibilitando compreender que os pescadores encontram na organização política uma estratégia de acesso aos recursos, sobretudo no que se refere a implantação de políticas para o setor pesqueiro. Assim, a educação, formal e informal, se apresenta como mecanismo de fortalecimento da organização política dos pescadores de Autazes, uma vez que esta influencia nesse processo, sobretudo no diálogo com o poder público e nos espaços de tomada de decisão.

Palavras-Chave: Educação, Organização política, Pescadores.

Abstract: Education as a mechanism for political organization of Fishermen's Colony fishers - AM 07 in Autazes, is a significant debate to understand the political action of fishermen in the Amazon. In order to do so, the objectives were to study education as an instrumentality for the political organization of fishermen, considering that the history of political organization of fishermen in the Amazon region marks the struggle for the right to use fishing resources and access to social goods and services, requiring them to be articulated in decision-making spaces. The study also sought to characterize the educational profile of fishermen, in order to identify if the educational formation contributes to the strengthening of the political organization. The study was developed through bibliographical, documentary and field research, analyzing data collected from a critical perspective. The research identified that the political organization of fishermen has made possible access to various social goods and services, with a focus on labor rights with regard to the fishing activity, that is, insurance closed, making it possible to understand that fishermen find in the political organization a access to resources, especially with regard to the implementation of policies for the fishing industry. Thus, formal and informal education is presented as a mechanism to strengthen the political organization of the fishermen of Autazes, since it influences this process, especially in the dialogue with the public power and in decision-making spaces.

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: dayana.rolim@gmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: dayana.rolim@gmail.com

Keywords: Education. Political organization. Fishermen.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo apresentar resultados acerca da caracterização da educação como mecanismo para a organização política dos pescadores da Colônia de Pescadores em Autazes AM 07, de forma a estudar a educação como instrumentalidade para organização política dos pescadores.

Assim, a organização política dos pescadores articula-se a um conjunto de mudanças ocorridas no setor da pesca ao longo da história da região. A partir dessas mudanças, fez-se necessário compreender o processo de construção da organização política dos pescadores materializada nos movimentos sociais de pescadores.

Os pescadores constituem parte de um conjunto diversificado de segmentos sociais na Amazônia, os quais possuem características próprias a partir de suas crenças, mitos, costumes etc. Constituindo uma identidade singular, que mesmo desenvolvendo uma pluralidade de atividades produtivas, possui como identidade, a de pescador.

A relevância deste artigo, pautou-se na necessidade de caracterizar a organização política dos pescadores associados na Colônia de Pescadores AM 07 em Autazes, de forma a contribuir com os estudos da temática no Amazonas, tendo em vista que os estudos relacionados aos pescadores centram-se nos estudos relacionados a ictiofauna e manuseio dos recursos e do mercado, bem como em estudos mais relacionados aos acordos de pesca. Além disso, estudar a organização dos pescadores nos remete compreender o processo de construção dos movimentos sociais dos pescadores no Amazonas.

A relevância social do estudo se configura, ainda, como forma de fomentar a equidade, onde os pescadores tenham a oportunidade de se posicionar, dentro de uma perspectiva de direitos a partir do conhecimento de sua realidade social. No que se refere a relevância acadêmica, pontuou-se a possibilidade de propiciar uma reflexão crítica acerca da organização política dos pescadores atrelado ao projeto ético político, contribuindo para mudanças contra o projeto neoliberal de dominação e exploração que atinge todos os trabalhadores, neste caso, os pescadores.

Dessa forma, pretendeu-se contribuir com as pesquisas no campo da organização política dos pescadores no Amazonas, de forma a proporcionar subsídios para os sujeitos da pesquisa, Pescadores de Autazes, sobretudo no que se refere a produção de documentos que subsidiem suas reivindicações junto ao poder público.

³ Ictiofauna: Etimologia (origem da palavra *ictiofauna*): icti (o) + fauna: Agrupamento dos peixes que vivem em determinado ambiente e/ou região.

O estudo permitiu identificar que os pescadores passam a encontrar na organização política uma possibilidade de acesso aos recursos pesqueiros e bens e serviços sociais, assistência, direitos sociais e trabalhistas no que concerne ao exercício da atividade, seja no meio urbano ou rural. Destarte, compreende-se que tal organização tem sido importante para que os pescadores articulem um conjunto de lutas para garantia de direitos, tanto sociais como de apropriação e gestão dos recursos pesqueiros, ainda que se perceba dificuldades no processo de posicionamento político e apropriação dos instrumentos legais que norteiam os direitos e benefícios no setor da pesca.

Os resultados, apontam portanto, fragilidade na educação formal dos pescadores, que segundo eles é um indicador limitador para melhor organização, tendo em vista que a educação influencia no modo como seus representantes dialogam com o poder público e órgãos externas aos movimentos da pesca, bem como o modo como negociam com os agentes do poder público, o que exige apropriação de leis e regulamentações, nem sempre possível já que exige leitura, compreensão e debate desses instrumentos legais.

Dessa forma, Freire (2002 p. 51) pontua que no âmbito dos movimentos sociais “há um esforço de mobilizar e organizar as classes populares com o objetivo de conceber um poder popular”, de forma a possibilitar seu fortalecimento e conquista de direitos. Nessa perspectiva, compreende-se que o empoderamento dos sujeitos proporciona mudanças significativas frente a conjuntura de luta por direitos, pensando no despertar do sujeito enquanto ser. Assim, para além da educação informal, faz-se necessário vislumbrar a escola como espaço de formação, percebendo a educação numa perspectiva de religar saberes, concebendo esse poder popular. Nesse contexto, os pescadores reconhecem a educação formal atrelada a não-formal.

Ressalta-se que no processo de organização política, o perfil educacional dos pescadores, sobretudo das lideranças políticas, apresenta-se como mecanismo para o fortalecimento da organização política desses sujeitos. Assim, a educação formal e não formal se constitui como instrumento unificador de forças políticas dos pescadores nos espaços de tomada de decisão.

Portanto, a partir deste artigo espera-se contribuir com as pesquisas no campo da organização política dos pescadores, de forma a proporcionar subsídios para os sujeitos da pesquisa, bem como, da colônia de Pescadores em Autazes, assim tendo documentos produzidos para subsidiar suas reivindicações junto ao poder público.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A proposta metodológica se estabeleceu na modalidade de pesquisa em campo de cunho exploratório e investigativo, onde o envolvimento da população como protagonistas de sua própria história foi o foco da pesquisa. Na pesquisa *in loco* aplicou-se formulário ⁴semi-estruturado para o levantamento de dados quantitativos e qualitativos junto aos pescadores da Colônia AM 07 em Autazes. Na pesquisa de campo utilizou-se registro fonográfico e registro fotográfico, possibilitando assim um levantamento fidedigno das informações.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram 34 pescadores (as) associados na Colônia de Pescadores AM 07, sendo 14 mulheres e 20 homens, numa variação de idade entre 20 a 61 anos. Ressalta-se que a população participante do estudo são agentes importantes na formulação de novos saberes, no desvendamento da trama da realidade, pois são portadores de conhecimentos sobre a relação homem x natureza, o que a ciência tradicional vem negando ao longo da história. (OLIVEIRA, 2007; CHAVES, 2001). Por fim, procedeu-se com sistematização, análise dos dados e construção do texto final do artigo ora apresentado. A Colônia de Pescadores de Autazes AM - 07 no Amazonas é uma empresa privada que atua na área de organizações profissionais da pesca, fundada em 1968.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação se configura como um processo de construção da cidadania, extrapolando a visão do apenas aprender a ler e escrever. Além disso, se constitui como direito de todo cidadão. Assim surge o tema deste artigo que trata sobre a educação como mecanismo para organização política dos pescadores da Colônia de Pescadores AM 07 no município de Autazes no Amazonas.

Logo, compreender a importância da educação como mecanismo de fortalecimento da organização política dos pescadores tem relevância à medida que a comunidade acadêmica, bem como o Estado precisa compreender a dinâmica das comunidades, especialmente, dos pescadores – sujeitos da pesquisa.

Para tanto, destaca-se que os pescadores desenvolvem um conjunto de atividades produtivas, porém se identificam como pescadores, considerando tal atividade como principal, observando-se que a identidade está ligada diretamente com a atividade produtiva, bem como com a identidade organizativa.

⁴ Para Triviños (1987, p. 146) semiestruturado tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Assim refere-se à necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa.

Nos últimos 20 anos destaca-se a preocupação relacionada ao manejo pesqueiro, identificando-se a ausência do Estado na criação de políticas que atendam às necessidades da comunidade local, evidenciando-se a ausência de educação formal desses pescadores, sendo a educação um fator preponderante nas comunidades ribeirinhas, principalmente, no que se refere ao fortalecimento dos movimentos sociais no desenvolvimento da comunidade. Sachs (2000, p.38) afirma que a escola teria que se configurar como uma espécie de “agência local de desenvolvimento, envolvendo sistematicamente as crianças na gestão dos negócios da comunidade e dando-lhes o sentido de responsabilidade de cidadania como *quantum* de informações de valores científicos”.

Ainda, Rampazo (2005, p.18) afirma, que "o conhecimento popular é o conhecimento do povo que nasce da experiência do dia-a-dia: por isso é chamado de empírico [...] é igualmente popular [...], em geral, o lavrador iletrado tem das coisas do campo". Da mesma forma é o pescador ribeirinho, que possui conhecimento sobre a natureza passando esse por gerações, relacionando-o à vivência. Vale enfatizar que, na sociedade contemporânea o conhecimento tradicional ainda não ganha lugar, efetivamente, nas estratégias educacionais no âmbito das políticas de educação, ainda que essa preocupação se apresente no discurso do poder público.

A relação da educação com a organização política dos pescadores, pauta-se na compreensão da nova configuração do Estado, onde a partir de um caráter democrático, permite a participação social, a exemplo dos pescadores, na tomada de decisão. Nesse contexto, observa-se duas questões: 1) a habilidade dos pescadores no manuseio do recurso pesqueiro e conhecimento da experiência empírica da pesca, tanto no que se refere ao recurso pesqueiro propriamente dito, como na defesa dos interesses coletivos; 2) fragilidades na competência, referente a defesa desses mesmos interesses nos espaços de tomada de decisão, desencadeado pela falta de posicionamento mais contundente nos espaços políticos, tendo como indicador a fragilidade da educação, pois no campo da tomada de decisão é exigido dos agentes envolvidos o conhecimento e apropriação dos instrumentos legais que formalizam o contexto da pesca.

Nesse sentido, destaca-se que a educação se constitui como instrumentalidade para o posicionamento político dos pescadores no processo de tomada de decisão. Pois, à medida que os pescadores se apropriam dos instrumentos legais do contexto da pesca, maior efetividade de representação na defesa dos interesses desses se fortalecem, tendo em vista que a educação formal se constitui em seu sentido pleno, no que se refere a formação de cidadãos políticos, como direitos de todos.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem destaca no artigo 26: “Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais”. Nesse contexto, é direito de todos o acesso à educação como forma de emancipação humana, cabendo ao Estado prover meios para tais, porém percebe-se no campo uma lacuna no processo educacional.

Da mesma forma, observa-se a fragilidade no contexto das escolas na área urbana, agravando-se no contexto rural. Assim, as deficiências da escola rural, em parte, se apresenta como determinante que influencia na vida dos trabalhadores rurais, a exemplo dos pescadores. Para Pimenta (2002), o fato de as escolas, no país, terem sido concebidas, inicialmente, para a educação das elites, acabou por determinar um descompasso entre a educação dos centros urbanos e a educação rural. Segundo o autor:

Esse descompasso vem se materializando na inexistência de um sistema educacional de qualidade que ofereça educação básica no meio rural, porque, mesmo de forma insatisfatória, o Estado assumiu a responsabilidade do sistema escolar urbano, enquanto que no meio rural, na maioria das regiões brasileiras até a década de 1970, nem grupos escolares tinham sido construídos. Ficava a cargo da iniciativa de particulares e da comunidade a construção ou improvisação de prédio para funcionamento das escolas. (PIMENTA, 2002, p.46).

Como não é possível compreender a educação fora do contexto social, precisa-se entender a organização política no processo da luta por direitos. Nesse contexto, a organização política é entendida como a capacidade de um grupo de se organizar, articulando-se através de movimentos sociais. Assim, a organização pauta-se como um elemento do movimento social, onde uma classe organizada tem maior possibilidade de se posicionar para reivindicar seu direito (PIMENTA, 2002).

Do ponto de vista social, a pesca, historicamente, vem possibilitando o estabelecimento de relações sociais, constituindo-se em um processo de organização social particular. Do ponto de vista político, os pescadores organizam-se para o enfrentamento das adversidades vivenciadas no contexto da pesca, os quais buscam resistir desde a concorrência de métodos mais modernos de captura de pescado à luta contra a entrada de comerciantes não- pescadores, que se instalam no contexto da pesca (OLIVEIRA, 2007).

Nesse contexto, destaca-se que a história de luta e de organização social e política dos pescadores na região Amazônica marcam a luta pelo direito do uso dos recursos pesqueiros em decorrência da grande intensificação da pesca e inserção de novos atores sociais na atividade pesqueira (OLIVEIRA, 2007).

No âmbito da política social, as comunidades e os pescadores intervêm através de suas lideranças. Contudo, ainda são extremamente poucos os que se envolvem

efetivamente no processo de participação política. Conforme resultados preliminares da pesquisa, aponta-se que a baixa participação ocorre pela falta de apropriação e devido conhecimento para lidar com questões políticas, existindo assim uma fragilidade por “entenderem” que não possuem a “competência técnica” para a compreensão, operacionalização e questionamento das leis.

Ressalta-se, que no que se refere a capacitação ofertada pelos órgãos públicos, esta acaba por atender os interesses do Estado, pois a capacitação dos pescadores conduz para uma postura passiva, onde os mesmos, por receberem subsídios do Estado, não “podem” se posicionar de forma mais contundente. Assim, os pescadores tornam-se alvos de interesses antagônicos.

Para Demo (2001) há necessidade de trabalhar a organização política enquanto ponto decisivo e emancipatório no confronto entre sociedade e Estado, já que este último, detentor da hegemonia, acaba por direcionar muitas vezes a atuação dos movimentos [...], o Estado define a forma de atuação, bem como os líderes. A esse respeito pode-se afirmar que o Estado é um grande articulador das forças hegemônicas, motivo pelo qual o torna forte (Demo, 2001). Para Chaves (2001) a condição dos pescadores se configura enquanto segmento empobrecido da zona rural e distante dos processos decisórios que definem políticas públicas que influenciam definitivamente a realidade local.

Chaves et al (2004, p.126) afirma que a defesa do exercício da prática da pesca, por exemplo, e o acesso aos direitos trabalhistas e sociais dos pescadores “varia conforme o nível de organização e mobilização política da entidade representativa da categoria a qual pertence”, bem como direciona a forma de organização, mobilização e articulação, conquistando assim espaços de poder.

Oliveira (2007) ao citar (Souza 1991), afirma que a organização política deve ser apreendida como uma articulação consciente, em defesa de necessidades e interesses comuns, “percebidos coletivamente, que alimentam ações coordenadas e que buscam satisfazer a interesses coletivos” (p.23). Oliveira ao citar Demo (2007), afirma que como organização política:

(...) o primeiro canal de participação, seja ao nível da aglutinação de interesses (grupos de interesse), seja ao nível da composição localizada (comunidades). Algumas formas de organização já são clássicas na democracia. Como partidos, sindicatos, cooperativas e outras expressões associativas, dentro ou fora do espaço econômico (2007, p. 25).

Nesse sentido, o que se percebe hoje é a classe subordinada a um estado de exclusão, fragmentada e enfrentando circunstâncias adversas de sobrevivência, e o que deveria ser o Estado provendo políticas públicas, esse mantém a categoria subordinados a Ele, refletindo assim na colônia, a qual tem encontrado dificuldades

ao acesso a diversos bens e serviços sociais em sua totalidade, portanto se faz necessário o que afirma Bogo:

É preciso retomar as lutas de massas, reconstruir as convicções voltadas para os desafios de nosso tempo, respeitar a cultura local, formular métodos adequados. (2005, p.10).

Assim, afirma o autor, que é preciso a unificação da classe dos trabalhadores numa mobilização organizativa, de forma a se fortalecer enquanto tal, num processo de lutas sociais, onde trazemos a discussão que a ausência da educação formal a deixa fragilizada, impedindo-a de criar estratégias na luta contra um sistema desigual e opressor. No contexto da pesca no Amazonas, essa unificação se apresenta como significativo desafio, principalmente, no que concerne a logística.

Como resultado a pesquisa identificou-se que o pescador na cidade de Autazes possui o nível de escolaridade baixo, onde 33% dos pescadores haviam cursado até o 4° ano do fundamental, 37% chegaram ao 8° ano do fundamental, 9% não eram alfabetizado e somente 15% haviam concluído o ensino médio, percebe-se assim a educação básica no município como algo ainda insatisfatório.

Ao serem questionados sobre o abandono da vida escolar, alegaram inúmeros fatores que os levaram a pararem seus estudos, inclusive a necessidade de trabalhar e a não conciliação com os estudos. 20% dos pescadores com idade avançada associaram o abandono a inúmeras doenças. Ao questionar os mais idosos, 52% afirmaram que, em sua época, o acesso à escola era difícil e outros 5% alegaram não haver escolas na comunidade de Autazes. Esses dados apontam para um sistema educacional fragilizado no Estado, que, historicamente, não atendeu as reais necessidades da população regional, sobretudo em comunidades ribeirinhas.

Dos pescadores entrevistados, 58% expressaram o desejo de retomarem aos estudos, porém sem reais possibilidades. Um número significativo, o que nos levou a refletir que esses reconhecem a importância da educação para a vida em sociedade. Outros 42% descartam a possibilidade de retomar os estudos, especialmente pela questão da idade, bem como por fatores como: saúde, falta de tempo, dificuldades em acompanhar. Dos entrevistados, 40% reconhecem a importância da educação formal, pois afirmaram que através da educação se tem conhecimento dos direitos e ainda melhoria da condição financeira. Porém, as dificuldades de conciliar os estudos, implicam diretamente na possibilidade do retorno aos estudos, como visto anteriormente nas dificuldades de reingresso às escolas.

Em análise reflete-se que a educação formal, associada a educação informal, é uma ferramenta que tem possibilidade de empoderar esses pescadores, pois formar cidadãos é ajudá-lo a se capacitar para lidar com noções e problemas surgidos nas

mais variadas situações, tanto de trabalho como sociais, culturais e éticas (Libâneo,2001).

Percebe-se a importância da educação para a atividade da pesca como forma de compreensão e fortalecimento na luta desses agentes no campo sociopolítico, uma vez que 58% afirmaram ser de suma importância a educação para a atividade na pesca, e ainda 36%, confirmaram que a educação vem a ser uma forma de fortalecimento na luta por direitos.

Ao serem questionados sobre o tempo do exercício profissional, constatou-se algo bem significativo, pois o índice de pessoas inseridas no exercício profissão como pescador há menos de 5 (cinco) anos é relevante. Esses foram inseridos por seus pais na atividade laboral como pescador, dando continuidade a uma cultura que perpassa gerações, sendo 37% os que exercem a profissão há menos de cinco anos e 12% há mais de 30 anos. No entanto, vale salientar que esses pescadores desejam que seus filhos estudem e não continuem na profissão de pescador, onde o incentivo desses pais é maciço para com os filhos. Costa (2004) e Garcia (2007), corroboram a ideia de que os pais não querem o futuro da pesca para seus filhos, com isso desencadeia a seguinte reflexão: se essa geração abandonar a profissão de pescador, daqui a algumas décadas a cultura de pescador artesanal se tornará extinta, sendo um ponto preocupante.

Assim, percebe-se a importância da educação para a atividade da pesca não só para o fortalecimento político, mas para a própria reprodução social da atividade na região. Dos entrevistados, 6% afirmam ser a educação importante para compreender os direitos, 36% afirmaram ser uma forma de fortalecimento na luta por direitos e 58% consideram-na muito importante para a pesca. Destarte, mesmo como resultado preliminar, esta pesquisa demonstra a fragilidade na forma como esses pescadores se posicionam, logo a educação traria um despertar de consciência, um empoderamento, possibilitando uma ampliação em sua cosmovisão na realidade na qual estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a organização dos pescadores nos permite compreender que a educação é um elemento fundamental para seu fortalecimento. Partindo da lógica de é direito de uma sociedade seguir princípios éticos e morais, baseando-se nas necessidades dos seres humanos e não nas necessidades do mercado. O analfabetismo e o precário acesso às informações e a educação formal no meio rural, também contribuem para uma diferenciação dos padrões de comunicação, culminando em diversos fatores de vulnerabilidade social.

Dentro de um estado democrático de direito, a dignidade humana vem a ser um dos mais importantes princípios que estruturam o estado. Como se afirma na declaração dos direitos humanos: toda pessoa tem o direito de ser reconhecida como tal perante a Lei em qualquer lugar. Nessa perspectiva, Scherer-Warren (2006) afirma que esse “espírito democrático” incorpora novos significados, incorporando na democracia não só mecanismos universais abstratos de “igualitarismos” (civis, de direitos políticos, etc.), mas de reconhecimentos aos direitos à diferença (cultural, étnica, de gênero, etária, etc.) (p. 102).

Na perspectiva dos pescadores, a educação se caracteriza como ferramenta de articulação para atuar na conjuntura atual, de modo a transformar culturas políticas arraigadas e uma postura de dependência, em uma cultura política transformadora e emancipatória.

Portanto, incipientemente, pontua-se que a educação formal é um instrumento para a organização política dos pescadores associados a colônia de pescadores de Autazes- AM 07, materializando assim a emancipação sociopolítica desses pescadores, sendo que a educação formal atrelada a não-formal, essas conjugadas, tornam-se um elemento fundamental para o fortalecimento dos pescadores, onde o despertar de consciência a permitam capazes de gerir a sociedade em todos os seus aspectos e de intervir diretamente nela, com a força política. Destarte, somente a organização política que se configurará como objeto unificador das forças políticas dos pescadores, trará um posicionamento mais contundente para reivindicar direitos sociais e uso de recursos pesqueiros, em suma, somente sujeitos em sentido pleno conseguirão elaborar a ideia fundamental de justiça.

REFERÊNCIAS

BOGO, Ademar (org.). **Teoria da Organização Política: escritos de Engels – Marx – Lênin – Rosa – Mão**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BRASIL, MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. 2013.

CHAVES, Ma. Do P. Socorro R. **As condições de Vida e de Uso dos Recursos pelos moradores do Parque Nacional do Jaú**. IN: Janelas para a Biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia. FVA, Manaus, 2004. (p. 63 a 78).

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**: 6ª ed. Campinas/SP: Coleção Polêmicas do nosso tempo; v.27), 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**, 1966.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa***. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p.99.

GARCIA, R. L. ***A busca da coerência: reflexões sobre a produção do GT Educação Popular***. Revista Brasileira de Educação – ANPED. Set/Out/Nov/Dez 2001 N° 18. _____. ***Movimentos Sociais - Escola - Valores***. In. _____ (org.) *Aprendendo com os Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. P. 7-16.

GRAMSCI, Antônio. ***Para uma teoria do conhecimento em Gramsci***. Juiz de Fora – MG: Acesa.com 2000. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?id=284&page=visualizar>. Acesso:25/11/2017.

OLIVEIRA, Maria Francenilda Gualberto de Oliveira. ***A organização política dos pescadores ribeirinhos da comunidade de Taurú-Taabatinga***. Dissertação. Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PIMENTA, L. F. M. ***Por uma nova Educação Rural voltada ao Desenvolvimento Regional Sustentável***. Disponível em: http://www.cndrs.org.br/documentos_forum/2002/07/nova_educao_rural.doc, 2002. Acesso em: 17/04/2017.

RAMPAZO, L. ***Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação***. 3ª edição, As Paulo: Loyola,2005. P. 17-27.

SARLET, I. W. ***Dignidade da Pessoa Humana e os Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988***. 7ª ed., ver. E atual. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2009.

SACHS, Ignacy. ***Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil***. IN: *Gestão de Recursos Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. 3ª ed. Cortez: São Paulo, 2002. (p. 115 a 146).

SOUSA JUNIOR, Justino de. ***Marx e a crítica da educação: da expansão liberal democrática à crise regressivo-destrutivo do capital***. - A parecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

SCHERER, Warren. [Org.] ***Dossiê: movimentos sociais***. Revista: Sociedade e Estado, Volume:21, número 1, janeiro/abril 2006. Universidade de Brasília – Departamento de Sociologia.